



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO QUE ACOMPANHA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SENHORES ACIONISTAS,

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese das atividades realizadas em 2015, acompanhada do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Contábeis, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores independentes.

A CETESB constitui uma sociedade por ações em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,998% do capital social. A CETESB é o órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo nos campos do controle da poluição e da aplicação da legislação florestal, além de executora do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (SEAQUA) e órgão do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH). Atua na execução de políticas do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito das questões relativas às mudanças climáticas e emissão de poluentes atmosféricos; da avaliação de impacto ambiental; dos resíduos; da prevenção de riscos ambientais graves; da prevenção e controle integrado da poluição; da proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo; da aplicação da legislação florestal; da aplicação do zoneamento industrial metropolitano e da educação ambiental, assegurando a participação e informação da população do Estado de São Paulo.

A CETESB tem como missão promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no Estado de São Paulo.

A CETESB tem como visão aprimorar os padrões de excelência de gestão ambiental e os serviços prestados aos usuários e à população em geral, assegurando a superação da atuação como centro de referência nacional e internacional, no campo ambiental e na proteção da saúde pública.

Os valores, princípios e normas que pautam a atuação da CETESB estão estabelecidos no seu Código de Ética e Conduta Profissional.

A Companhia tem como objetivo assegurar o cumprimento da legislação ambiental para que os padrões de qualidade das águas, do ar e do solo sejam atendidos em todas as regiões do Estado de São Paulo, garantir a correta preservação dos recursos naturais e da manutenção da saúde pública, intensificar a sua identidade organizacional e excelência no campo da defesa do meio ambiente, reforçar sua imagem e comunicar os valores fundamentais, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, fortalecer as relações de confiança que a CETESB construiu junto à população do Estado de São Paulo e contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado.

Nos termos de seu Planejamento Estratégico, a CETESB estabeleceu como principais políticas o seguinte: fomentar as ações de prevenção à poluição ambiental, por meio da adoção de tecnologias de "Produção mais Limpa" e da implantação de sistemas de gestão ambiental; contribuir para o desenvolvimento e institucionalização de meios de participação da sociedade na execução de políticas e de diretrizes estabelecidas para a gestão da qualidade ambiental; promover a atualização e a capacitação de seus recursos humanos; divulgar ao público em geral dados e informações

sobre a situação ambiental no Estado de São Paulo; incentivar, por meio das câmaras ambientais, a participação de entidades representativas dos diversos setores produtivos, de infraestrutura e dos órgãos do governo na proposição de políticas públicas ambientais; simplificar o sistema de licenciamento ambiental e estreitar as relações de cooperação e transferência do conhecimento ambiental com as instituições públicas que atuam na defesa do meio ambiente.

A direção da empresa, dentro do Planejamento Estratégico, estabeleceu as seguintes diretrizes: privilegiar a atuação preventiva em relação ao meio ambiente, visando à diminuição de ações corretivas; atualizar os sistemas de licenciamento ambiental e atendimento de demandas externas para agilizar a tomada de decisões e reduzir o tempo de resposta desses sistemas; manter o programa de redução de acúmulo de processos de licenciamento sem atendimento ou com atendimento ainda parcial; obter e ordenar informações relevantes para o planejamento ambiental; promover acordos de cooperação técnica e científica com renomadas entidades públicas e privadas; atualizar as tecnologias de processamento de informações e dados; dar transparência às ações da Companhia; valorizar de forma estratégica o capital humano da CETESB; melhorar a comunicação interna e externa; simplificar e uniformizar procedimentos; identificar e equacionar a solução para as questões crônicas tanto administrativas quanto ambientais; evidenciar o valor das ações positivas da Companhia; ampliar a aplicação dos conceitos e princípios do Programa Permanente da Qualidade e Produtividade no Serviço Público do Estado de São Paulo; apoiar, fortalecer e estimular a ação do município na gestão ambiental e promover a aplicação do Programa de Melhoria do Gasto Público - Desperdício Zero e reduzir custos em geral.

Para atender as suas atribuições legais com seu perfil institucional, a CETESB conta com um quadro aprovado de 2.464 posições, sendo que deste total, 2.012 estão ocupadas na seguinte distribuição: 1.271 profissionais de nível universitário, 682 profissionais de nível médio (técnicos e administrativos) e 59 profissionais de nível operacional. Está organizada em seis Diretorias da seguinte forma: Presidência (P), Vice-Presidência (V), Diretoria de Gestão Corporativa (A), Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental (C), Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental (I) e Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental (E).

Em consonância com o princípio da descentralização de suas atividades a Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental conta com 46 Agências Ambientais distribuídas praticamente em todo o Estado de São Paulo e uma unidade Poupatempo em São Bernardo do Campo e a Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental conta com sete laboratórios situados nas cidades de Sorocaba, Cubatão, Taubaté, Ribeirão Preto, Campinas, Limeira e Marília, além de dez laboratórios na sede da Companhia.

Considerando o panorama de mudança institucional e de manutenção de sua excelência, é indispensável consignar que a análise das presentes demonstrações contábeis não pode e não deve ser efetuada à luz dos critérios de avaliação contábil tradicional, uma vez que a CETESB não exerce atividade precipuamente econômica, porquanto exerce o poder de polícia delegado do Governo do Estado de São Paulo. Em relação à Gestão Financeira, em 2015, o Departamento Econômico Financeiro informa que houve alteração no percentual de Perdas Estimadas de

Crédito de Liquidação Duvidosa, sobre as receitas das multas ambientais, inscritas na dívida ativa do Estado, ocasionando um ajuste no Patrimônio Líquido da empresa (Reserva de Lucros). A revisão da estimativa foi efetuada com base na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG23 - Estimativas Contábeis e Retificação de Erros e na série histórica da empresa, de inscrições realizadas desde o exercício de 2002. O percentual de estimativa de perdas passou de 30% para 63,67%. A empresa adotou critério semelhante de provisionamento de perdas do Balanço Geral do Estado de São Paulo, ou seja, provisionou as inscrições na dívida ativa do Estado pendentes de pagamento há mais de 5 anos.

A atuação da CETESB permite que a atividade econômica possa ser desenvolvida de forma ambientalmente sustentável por todos os setores produtivos da sociedade, ao exigir que a produção econômica seja realizada em conformidade com a legislação ambiental, respeitando-se os recursos naturais e a saúde pública, e que contribua para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, caso fosse possível contabilizar a poupança de recursos públicos e privados decorrentes das ações preventivas de controle ambiental desenvolvidas pela CETESB e das ações corretivas que minimizam os custos com a manutenção da qualidade do meio ambiente, tudo isso aliado, ainda, à manutenção da saúde pública, o resultado dessas atividades certamente apresentaria um saldo extremamente positivo ao longo de todos os anos de sua existência. Os benefícios econômicos e sociais, reflexo da atuação da CETESB, mesmo que intangíveis, se dão também por meio de sua contribuição para a melhoria do meio ambiente.

Destacamos que, a CETESB, inserida no Plano Plurianual 2012-2015 do Governo do Estado e da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), executou no ano de 2015 o programa intitulado "Gestão e Controle da Qualidade Ambiental" que possui oito ações, das quais quatro correspondem a cada uma das atividades das Diretorias da CETESB: 1) Avaliação da Qualidade Ambiental; 2) Licenciamento e Controle de Fontes de Poluição e de Empreendimentos e Atividades Utilizadoras de Recursos Naturais; 3) Licenciamento e Avaliação de Impacto Ambiental; e 4) Gestão Administrativa e Financeira, além das ações do Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC e do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, para o financiamento de projetos ambientais, que visa beneficiar a consecução de projetos financiados voltados à melhoria da qualidade ambiental no Estado de São Paulo e as ações de Compensação Ambiental do Trecho Norte - Mário Covas - CETESB e Secretaria do Meio Ambiente e as ações Compensação Ambiental, Desenvolvimento de Ações na área ambiental com recursos do FEHIDRO e a ação Integração da Gestão de Riscos - BIRD inseridas nos Programas da SMA.

Para o acompanhamento do Programa foram definidos nove indicadores, que buscam traduzir a efetividade do desempenho do PPA. Os resultados demonstram que a maioria dos indicadores atingiu ou superou o previsto, exceto: índice de monitoramento do ar e índice de entrada e saída de pedidos de licenças, pareceres e processos, conforme apresentados nos quadros a seguir:

Quadro 1 - Acompanhamento dos Indicadores do Programa

PROGRAMA	AÇÃO	INDICADOR DO PROGRAMA - ANO: 2015		
		INDICADOR	PREVISTO	REALIZADO
Gestão e Controle da Qualidade Ambiental	1 - Avaliação da Qualidade Ambiental	1 - Índice de monitoramento do ar	95%	94% (*)
		2 - Coletas para monitoramento de águas interiores	2.063	2.653
		3 - Coletas para monitoramento de águas subterrâneas	475	564
		4 - Coletas para análise de balneabilidade	7.500	9.440
		5 - Quantidade de análises laboratoriais	300.000	399.920
	2 - Licenciamento e Controle de Fontes de Poluição e de Empreendimentos e Atividades Utilizadoras de Recursos Naturais	6 - Índice de emissão de licenças	0,25	0,28
		7 - Relação entre o somatório do número de autorizações emitidas e o número esperado de autorizações	0,25	0,93
		8 - Relação entre o somatório do número de vistorias realizadas e o número esperado de vistorias	0,25	0,42
	3 - Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental	9 - Índice de entrada e saída de pedidos de licenças, pareceres e processos	1,30	0,96

(*) percentual médio do ano

Quadro 2 - Acompanhamento das Metas do Programa no ano de 2015

PROGRAMA	AÇÃO	ANO: 2015		
		META	PREVISTO	REALIZADO
Gestão e Controle da Qualidade Ambiental	1 - Avaliação da Qualidade Ambiental	Garantir a obtenção dos dados e informações em 95% ou mais na rede de monitoramento, para avaliação e interpretação da qualidade ambiental no Estado de São Paulo	95%	120% (*)
	2 - Licenciamento e Controle de Fontes de Poluição e de Empreendimentos e Atividades Utilizadoras de Recursos Naturais	Número de licenças, autorizações e alvarás emitidos	23.950	30.192
	3 - Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental	Número de licenças e pareceres emitidos	295	164
	4 - Gestão Administrativa e Financeira	Número de unidades atendidas	1	1
	5 - Gestão do Fundo do Estado para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC	Número de projetos financiados pelo FEPRAC na remediação de áreas contaminadas	1	-
	6 - Financiamento de Projetos Ambientais - Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP	Número de projetos financiados pelo FECOP	200	52
	7 - Compensação Ambiental - Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas (CETESB)	Número de municípios atendidos	7	7
	8 - Compensação Ambiental - Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas (SMA)	Número de municípios atendidos	1	1
Gestão de Áreas Protegidas	9 - Compensação Ambiental	Planos de trabalho	4	3
Gestão Ambiental para Proteção da Água	10 - Desenvolvimento de Ações na Área Ambiental com Recursos do FEHIDRO	Projetos	4	4
Mudanças Climáticas e Gestão de Riscos	11 - Integração da Gestão Ambiental e Gestão de Riscos - BIRD	Área monitorada	1	1

(*) percentual médio do ano

Os resultados apresentados no presente Relatório permitem constatar que a CETESB manteve-se dentro dos objetivos da sua missão institucional, reafirmando seus compromissos de promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no Estado de São Paulo. O detalhamento deste relatório está disponibilizado no sítio da CETESB - www.cetesb.sp.gov.br.



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)			
		2015	2014			2015	2014
Ativo		2015	2014	Passivo e Patrimônio Líquido		2015	2014
Circulante		156.712	190.031	Circulante		113.643	107.153
Equivalentes de Caixa (nota 04)		51.199	60.477	Fornecedores		5.275	5.949
Clientes		829	483	Salários e Remunerações a Pagar		8.125	8.081
Adiantamentos a Empregados		1.531	1.484	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 08)		17.651	18.207
Impostos a Recuperar		272	250	Adiantamentos de Convênios		11.852	9.366
Parcelamentos a Receber (nota 05)		18.042	15.190	Adiantamentos de Clientes		362	119
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 09)		82.260	107.087	Provisão Férias, Licença Prêmio e Encargos		38.001	34.978
Outras Contas a Receber		427	857	Provisão Programa Participação de Resultados		10.828	12.414
Estoques		765	1.804	Provisão Plano de Carreira		1.732	1.987
Despesas Exercício Seguinte		1.387	2.399	Outras Contas a Pagar		1.161	4.607
				Provisão Contingências Trabalhistas (nota 10)		3.819	3.729
				Provisão Processos Cíveis/Fiscais (nota 10)		14.837	7.716
Não Circulante		410.896	567.565	Não Circulante		100.539	83.208
Realizável a Longo Prazo		281.478	444.161	Exigível a Longo Prazo		100.539	83.208
Depósitos Restituíveis (nota 10a)		7.640	7.833	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 08)		4.227	3.905
Adiantamentos a Empregados		1.511	1.636	Impostos Reservas de Reavaliação (nota 08)		1.775	1.850
Parcelamentos a Receber (nota 05)		5.588	3.697	Adiantamentos de Convênios		11.295	15.697
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 09)		265.513	430.104	Provisão Contingências Trabalhistas (nota 10)		18.991	20.841
Impostos a Recuperar		1.226	891	Provisão Processos Cíveis/Fiscais (nota 10)		64.251	40.915
Investimentos		242	286	Patrimônio Líquido		353.426	567.235
Imobilizado (Nota 06)		129.163	123.095	Capital Social (nota 11a)		156.099	143.998
Intangível (Nota 07)		13	23	Adiantamentos para Aumento de Capital		9.822	12.101
				Reservas de Capital		16.981	15.682
				Reservas de Reavaliação		20.113	20.350
				Reservas de Lucros a Realizar (nota 11c)		150.411	375.104
Total		567.608	757.596	Total		567.608	757.596

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)						
	Capital Social	Adiantamento para Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	143.998	-	15.599	20.587	330.439	-
Créditos do Governo do Estado	-	12.101	-	-	-	-
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	312
Bens Recebidos em Doação	-	-	83	-	-	-
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	44.353
Apropriação do Resultado do Exercício:						
Reserva Legal	-	-	-	-	2.233	(2.233)
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	42.432	(42.432)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	143.998	12.101	15.682	20.350	375.104	-
Créditos do Governo do Estado	12.101	(12.101)	-	-	-	-
Créditos do Governo do Estado	-	9.822	-	-	-	9.822
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	312
Bens Recebidos em Doação	-	-	1.299	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(225.005)
Apropriação do Resultado do Exercício:						
Reserva Legal	-	-	-	-	(11.235)	11.235
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	(213.458)	213.458
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	156.099	9.822	16.981	20.113	150.411	353.426

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores em milhares de reais)

01 Contexto Operacional
A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP, empresa de economia mista, de capital fechado, onde a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9988% do capital social, constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/09, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA.

02 Apresentação das Demonstrações Contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - NBC TG's e, com base na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores - Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.
Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

03 Práticas Contábeis
a. Apuração do Resultado
As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.
b. Aplicações Financeiras
Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros proporcionais até a data do balanço.
c. Estoques
Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção e os serviços em andamento ao custo de produção.
d. Investimentos
Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da provisão para desvalorização ao valor de mercado.
e. Imobilizado
Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e exercício de valores de reavaliação sobre imóveis, realizado no exercício de 2003.
A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2003 como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quando os terrenos forem alienados.
As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil econômica dos bens.

f. Ativo Intangível - Programas de Computador (Softwares)
Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa descrita na Nota 7.
g. Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos
As férias vencidas, as proporcionais, a licença prêmio e seus encargos incorridos até a data do balanço foram apropriadas mediante constituição de provisão.
h. Arrecadação de Multas
Os valores das multas aplicadas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, estão registrados nas contas de compensação e são contabilizados como resultado quando do seu efetivo recebimento, parcelamento, repasse pelo Tesouro do Estado ou sua inscrição na dívida ativa do Estado.
i. Arrecadação de Licenças Ambientais
Os valores das licenças ambientais concedidas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio

da imunidade tributária recíproca, estão registrados como resultado quando do seu efetivo recebimento ou parcelamento.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social
A Companhia é optante pela tributação com base no lucro real, sendo que em 31/12/2015, o prejuízo líquido do exercício, ajustado pelas adições e exclusões, manteve-se em um prejuízo fiscal, não sendo necessário, assim, a constituição de provisão para imposto de renda e contribuição social.

k. Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo
São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais da CETESB, não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

	2015	2014
04 Equivalentes de Caixa		
Bancos	719	1.365
Aplicações Financeiras:		
Livres	27.334	34.050
Vinculadas a Convênios	23.146	25.062
	51.199	60.477

	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
05 Parcelamentos a Receber				
Multas Fontes Móveis	15.782	14.194	1.153	1.063
Multas Fontes Estacionárias	8.307	7.351	4.012	2.360
Assistência Médica	250	218	264	213
Multas Agenda Verde	302	67	159	61
Cursos	7	7	-	-
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.083)	(6.923)	-	-
Atualização Legal	477	276	-	-
	18.042	15.190	5.588	3.697

	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
06 Imobilizado				
a. Composição dos Saldos				
Terrenos				
Edifícios e Instalações				
Rede Telemétrica				
Máquinas e Equipamentos				
Móveis e Utensílios				
Veículos e Embarcações				
Microcomputadores e Periféricos				
Laboratório Volante e de Testes de Veículos				
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros				
Imobilizações em Andamento				
Outros				
Total				

	2014		2015	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	14.957	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	51.600	2.844	-	54.444
Rede Telemétrica	5.026	-	2.299	2.727
Máquinas e Equipamentos	61.801	6.872	2.412	66.261
Móveis e Utensílios	5.458	322	81	5.699
Veículos e Embarcações	19.066	173	3.379	15.860
Microcomputadores e Periféricos	12.716	3.407	605	15.518
Laboratório Volante e de Testes de Veículos	921	-	-	921
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	6.506	948	-	7.454
Imobilizações em Andamento	29.593	12.350	8.375	33.568
Outros	970	2	-	972
Total	208.614	26.918	17.151	218.381

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)			
		2015	2014
Receita Líquida de Serviços e Vendas			
Subvenção de Custeio		177.418	183.229
Exercício do Poder de Polícia Delegado		223.419	220.140
Venda de Serviços e Produtos		9.057	8.952
		409.894	412.321
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados	(nota 18)	(310.924)	(295.604)
Lucro Bruto		98.970	116.717
Despesas/Receitas Operacionais	(nota 18)	(375.734)	(123.307)
Despesas Administrativas			
Outras Despesas e Receitas Operacionais		8.933	347
		(366.801)	(122.960)
Resultado Operacional antes dos Encargos Financeiros e Variações Monetárias		(267.831)	(6.243)
Encargos Financeiros Líquidos			
Despesas Financeiras		(620)	(915)
Receitas Financeiras		2.394	3.991
Multas e Juros - Exercício do Poder de Polícia Delegado		15.230	22.559
		17.004	25.635
Variações Monetárias			
Passivas		(2.386)	(302)
Ativas - Exercício do Poder de Polícia Delegado		27.401	24.732
Ativas - Outras		807	531
		25.822	24.961
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício		(225.005)	44.353
Resultados Líquidos Atribuíveis			
Participação de Sócios não Controladores		(3)	1
Detentores do Capital Próprio da Empresa		(225.002)	44.352

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

			2015	2014
Atividades Operacionais				
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício			(225.005)	44.353
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:				
Depreciação		12.130	10.371	
Depreciação Intangível		17	77	
Realização Reserva de Reavaliação		75	75	
Subtotal		(212.783)	54.876	
Variações no Ativo Circulante				
Clientes		(346)	207	
Adiantamentos a Empregados		(47)	(159)	
Impostos a Recuperar		(22)	(24)	
Parcelamentos a Receber		(2.852)	(1.757)	
Valores a Receber - Dívida Ativa		24.827	(57.812)	
Outras Contas a Receber		431	175	
Estoques		1.039	(1.077)	
Despesas Exercício Seguinte		1.012	(287)	
Subtotal		24.042	(60.734)	
Variações no Passivo Circulante				
Fornecedores		(674)	(541)	
Salários e Remunerações a Pagar		45	530	
Impostos e Contribuições a Recolher		(557)	1.033	
Reclamações Trabalhistas		-	(342)	
Adiantamentos a Convênios		2.486	(25.181)	
Adiantamentos de Clientes		243	(25)	
Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos		1.183	2.039	
Outras Contas a Pagar		(3.446)	(2.410)	
Provisão para Contingências Trabalhistas		89	(18.668)	
Provisão para Processos Cíveis/Fiscais		7.121	(3.321)	
Subtotal		6.490	(46.886)	
Total das Atividades Operacionais		(182.251)	(52.744)	
Atividades de Investimento				
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso		(18.665)	(36.092)	
Aquisição de Investimentos		44	(278)	
Aquisição de Intangíveis		(7)	-	
No Realizável de Longo Prazo		203.733	98.662	
Exigíveis a Longo Prazo Transferidos para o Circulante		11.897	2.600	
Total das Atividades de Investimento		197.002	64.892	
Atividades de Financiamento				
Recursos Destinados a Aumento de Capital		9.823	12.101	
Bens Recebidos em Doação		1.298	84	
Realizáveis a Longo Prazo Transferidos para o Circulante		(41.049)	(96.946)	
Recursos Obtidos de Longo Prazo		5.433	75.105	
Baixas do Ativo Permanente		466	154	
Total das Atividades de Financiamento		(24.029)	(9.502)	
Total dos Efeitos no Caixa		(9.278)	2.646	
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa		60.477	57.831	
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa		51.199	60.477	



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores em milhares de reais)

08 Impostos e Contribuições a Recolher

	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
Impostos e Contribuições	16.284	15.343	-	-
Impostos Res.Reavaliação	75	75	1.775	1.850
Parcelamento - IRRF	1.292	2.789	4.227	3.905
Total	17.651	18.207	6.002	5.755

09 Valores a Receber - Dívida Ativa

A CETESB continua efetuando a inscrição das multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa (SDA), administrado pela Procuradoria Geral do Estado. O valor das multas é atualizado pelo IPC-Fipe, que também é usado para atualização da UFESP.

Em atendimento ao princípio contábil da prudência, a Companhia adota conservadoramente o procedimento de constituir provisão para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas.

Em 2003, quando do início do registro contábil das inscrições das multas ambientais na dívida ativa do Estado de São Paulo, a Companhia elaborou um trabalho fundamentado em seu banco de dados das multas ambientais, tendo concluído por estabelecer o percentual de 30% como parâmetro básico para o registro da PECLD, a qual foi mantida nos exercícios de 2003 a 2014, porém o grau de recebimento das multas ambientais inscritas na dívida ativa ficou muito aquém do que era esperado, demonstrando que a PECLD necessitava de revisão.

No exercício de 2015, com base na série histórica dos exercícios de 2003 a 2015, das inscrições de multas ambientais no SDA, e na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, houve alteração na provisão para perdas estimadas em montante reavaliado das prováveis perdas, considerando como perdas estimadas todas as multas inscritas há mais de 5 (cinco) anos. Importante registrar que essa revisão resultou em prejuízo no exercício, no montante de R\$ 225.005 mil.

	2015	2014
Inscrições na Dívida Ativa do Estado de SP	682.816	603.553
(-) PECLD - Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	(417.303)	(173.449)
Total	265.513	430.104

10 Contingências e Compromissos Assumidos

a) Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresenta os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
Contingências Trabalhistas e Previdenciárias	3.819	3.729	18.991	20.841
Reclamações Cíveis	14.837	7.716	64.251	40.915
	18.656	11.445	83.242	61.756

O montante em 31 de dezembro de 2015 de Depósitos Judiciais efetuados para contingências trabalhistas é de R\$ 7.640 mil.

b) A movimentação das provisões no exercício de 2015 está demonstrada a seguir:

	Ações		Ações Cíveis
	Trabalhistas		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	24.570		48.631
Adições	886		30.688
Baixas	(2.647)		(231)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22.809		79.088

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seu Departamento Jurídico.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contencioso Cível - possui características próprias, à medida que a grande maioria das ações propostas em face da empresa

(mandados de segurança e ações anulatórias de multa em geral), ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações que signifiquem desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para os fins de se realizar o provisionamento das prováveis perdas judiciais cíveis, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se, de início, realizado a escoima dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, à exceção do eventual pagamento de custas e honorários advocatícios.

Em 2014 foi incluído o valor de R\$ 36.587 mil, referente ao montante de contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) do exercício de 2009, conforme crédito tributário constituído pela Receita Federal do Brasil, que está sendo discutido no STF - Supremo Tribunal Federal, em consonância com a medida cautelar na ação cível originária 2.304. O montante atualizado em 31/12/2015 é de R\$ 48.518 mil. O processo nº 0033927-88.2015.403.6182 encontra-se em execução fiscal e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB e poderá ser alterado ante o desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

- Contingências Trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a reivindicação da sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.

d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2015	2014
Cíveis	1.044.993	41.443
Trabalhistas	23.299	21.530
Total	1.068.292	62.973

As ações cíveis tiveram um acréscimo de R\$ 1.003.550 mil, decorrente do aumento de 41 ações em montantes significativos, cujo objeto principal é a discussão sobre eventuais danos ambientais/questionamentos sobre licenciamentos ambientais, e o principal autor é o Ministério Público.

11 Patrimônio Líquido

a. O capital social está representado por 4.799.925.135 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.

b. O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, porém, baseada no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia manteve Reservas de Lucros a Realizar, cuja natureza decorre de receitas do Exercício do Poder de Polícia Delegado que se realizarão em exercícios futuros. Sendo assim, como prática constante da empresa, não houve distribuição de dividendos sobre as reservas de lucros.

c. O prejuízo apurado no exercício de 2015, no montante de R\$ 225.005 mil foi absorvido pela Reserva de Lucros constituída até o exercício de 2014, no montante de R\$ 375.104 mil, restando uma Reserva de Lucros no exercício de 2015 no montante de R\$ 150.411 mil.

12 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

13 Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros contabilmente encontram-se a valor de mercado.

14 Adequação às novas Normas Contábeis e reflexos nas Demonstrações Contábeis

A CETESB sempre observou integralmente as Normas Contábeis

Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC's - Comitês de Pronunciamentos Contábeis, ICPC's - Instruções dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e OCPC's - Orientações dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis vigentes a partir do exercício de 2008. De todas as adequações realizadas, cabe destacar os seguintes CPC's:

CPC 01 - Redução no Valor Recuperável de Ativos - A CETESB entende que não se enquadra na exigência/obrigatoriedade do teste de impairment, dada as suas características peculiares no uso de seus bens patrimoniais que não tem finalidade comercial, conforme ressaltado no Relatório da Administração, tendo unicamente a finalidade de prestação de serviços públicos. Registre-se que os bens patrimoniais da CETESB, após o fim de sua utilização, não são comercializados e seu destino deve, por determinação do Decreto nº 27.041/87, alterado pelo Decreto nº 27.163/87, do Relatório do Diretoria 148/97/A de 02/11/97 e da Política Institucional PI/AD-005 de Ativo Imobilizado, ser a doação para o Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo.

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Desde a vigência da Lei nº 11.637/08, a CETESB tem adotado essa demonstração.

CPC 04 - Ativo Intangível - A CETESB assume a mesma posição já apresentada no CPC 01, isto é, são bens que não estão sujeitos a transações mercantis.

CPC 16 - Estoques - Os estoques estão registrados pelo seu valor original, não havendo indicação que os valores sejam superiores aos de realização.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Com base na nota explicativa nº 10, a CETESB entende atender este Pronunciamento.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Desde o exercício de 2010 foram implementadas as adequações previstas por este CPC, expressas no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 - Ativo Imobilizado - Conforme apresentado no CPC 01, a CETESB por suas peculiaridades no uso de seus bens patrimoniais, que não tem finalidade mercantil, entende que a prática contábil atual está adequada a este CPC.

15 Demonstração do Resultado Abrangente

A CETESB não apresentou em suas operações e, portanto não reconheceu quaisquer componentes de outros resultados ou resultados abrangentes no período findo em 31/12/15, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

16 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa está demonstrando o prejuízo líquido do exercício de 2015, culminando também em prejuízo fiscal e, portanto não incidindo sobre o resultado o imposto de renda e contribuição social.

17 Imunidade Tributária

Conforme notas explicativas 3.h e 3.i, a CETESB, como Órgão delegado do Estado de São Paulo, pratica o princípio da imunidade tributária recíproca.

A fim de consolidar seus conceitos e práticas, em 19 de dezembro de 2013, a CETESB ingressou com pedido de reconhecimento da imunidade recíproca (direito tributário) junto ao Supremo Tribunal Federal (Processo nº ACO 2304), para a questão da tributação das receitas oriundas do poder de polícia delegado, tais como: arrecadação de multas ambientais, licenças ambientais e taxa de fiscalização ambiental, tendo sido concedida Liminar em 31/03/14.

18 Custos e Despesas

	Custo de Produção	Despesas Gerais e Administrativas
Pessoal e Reflexos	265.537	106.974
Materiais	3.706	394
Serviços de Terceiros	9.861	5.177
Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa	-	232.973
Outras	31.820	30.216
Total	310.924	375.734

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - Maciel Auditores, de 26/02/2016, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis

no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da CETESB, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 09 de março de 2016

Daniel Annenberg

José Milton Dallari Soares

José Rubens Gozzo Pereira

Keli Regina Della Torre Soler

Reinaldo Iapequino

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PATRICIA FAGA IGLECIAS LEMOS
Presidente

CONSELHEIROS:
JOSÉ RENATO NALINI
JOSÉ RICARDO FRANCO MONTORO
OTAVIO OKANO
WALDIR AGNELLO

DIRETORIA

OTAVIO OKANO
Diretor-Presidente

NELSON ROBERTO BUGALHO
Diretor Vice-Presidente

EDSON TOMAZ DE LIMA FILHO
Diretor de Gestão Corporativa

ARUNTHO SAVASTANO NETO

Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA

Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS

Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental

MARIA IZABEL G. DA SILVA E SANTOS

Contadora - CRC 1SP145802/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Examinamos as demonstrações contábeis da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para

obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Mudança de critério contábil

No exercício de 2015 a Companhia alterou o critério para constituição de

provisão para perdas com valores inscritos em dívida ativa, conforme divulgado na nota explicativa 09. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Reconhecimento das Receitas de Poder Delegado de Polícia

Em 31/03/2014 a Companhia obteve de forma liminar a determinação da suspensão de exigibilidade dos impostos federais e estaduais, conforme Medida Cautelar na Ação Cível Originária 2.304 São Paulo para as receitas de poder delegado de polícia. A Receita Federal do Brasil não reconheceu os efeitos dessa liminar para fins de exclusão da referida receita da base de cálculo das contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL), intimando a CETESB a efetuar o pagamento referente ao exercício de 2009 no montante de R\$ 36.586.584,90. Em 31/12/2015 o valor atualizado é de R\$ 48.517.992,25. O processo nº 0033927-88.2015.403.6182 encontra-se em execução fiscal e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB e poderá ser alterado ante o desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão, conforme divulgado na nota explicativa 10, letra "c". Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2016

MACIEL AUDITORES S/S

2CRC/RS5.460/O-0 - "S" - SP

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO

1CRC/RS 65.932/O - 7 - "S" - SP

Responsável Técnica



CETESB



Secretaria do Meio Ambiente